



República de Moçambique
Presidência da República

**“Provedor de Justiça: 10 Anos garantindo os direitos dos cidadãos, a defesa da
legalidade e Justiça”**

**Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de
Moçambique e Chefe do Estado, por Ocasão da Cerimónia de Celebração dos 10 Anos
do Provedor de Justiça.**

Cidade de Maputo, 26 de Maio de 2022

Senhora Presidente da Assembleia da República;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Egrégio Provedor de Justiça;

Estimados Provedores de Justiça da África do Sul e Presidente da Associação dos Provedores de Justiça e Mediadores Africanos (AWOMA), do Malawi, da Zâmbia, do Quênia, de Angola e de Portugal;

Prezado Provedor de Justiça Militar da República da África do Sul;

Senhores Ministros e Vice-Ministros;

Senhores Secretários de Estado;

Senhores Deputados da Assembleia da República;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;

Senhor Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Caros Membros do Corpo Diplomático Acreditado em Moçambique, aqui presentes;

Estimados Parceiros de Desenvolvimento;

Caros Funcionários do Gabinete do Provedor de Justiça;

Distintos Convidados;

Minhas Senhores e Meus Senhores!

Gostaria de iniciar a presente intervenção, dirigindo uma saudação calorosa a todos presentes e, de modo especial, aos senhores Provedores de Justiça de países amigos, que nos honram com a sua presença neste evento ímpar. Para nós, é sempre uma enorme satisfação receber amigos e com eles partilhar experiências sobre o percurso das nossas instituições.

Estamos aqui para comemorar mais uma vitória dos moçambicanos no âmbito do crescimento da sua justiça.

Ao comemorarmos o décimo aniversário do estabelecimento do Provedor de Justiça, no nosso solo pátrio, celebramos a caminhada colectiva, uma caminhada firme de uma instituição que, aos poucos, se vai consolidando no panorama jurídico nacional.

Com efeito e como testemunha o lema: “Provedor de Justiça: **10 Anos garantindo os direitos dos cidadãos, a defesa da legalidade e Justiça**”, o Provedor de Justiça assumiu, de forma cabal e responsável, a sua missão de garantir os direitos dos cidadãos, defendendo a legalidade e a justiça.

Caros convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

O Estado de Direito Democrático em que assumimos construir e consolidar no nosso País determinou a incorporação deste órgão na Constituição da República de 2004. Este facto resultou da necessidade identificada pelos moçambicanos de que, sendo os cidadãos o epicentro do Estado de Direito Democrático, era imprescindível estabelecer um órgão que mediasse os conflitos destes com a Administração.

É com base neste pressuposto que o artigo 255 da Constituição da República de Moçambique define o Provedor de Justiça como um órgão que tem como função primordial **zelar pela garantia dos direitos dos cidadãos, pela defesa da legalidade e da justiça na actuação da Administração Pública.**

Depreende-se desta definição que o legislador constituinte, a par dos mecanismos instituídos juntos de outros órgãos do Estado, como por exemplo:

- O Ministério Público, acometido na defesa dos interesses que a lei determina e no controlo da legalidade; e o Tribunal Administrativo, que tem como parte da sua missão controlar a legalidade dos actos administrativos e da aplicação das normas regulamentares emitidas pela Administração Pública, decidiu institucionalizar o Provedor de Justiça, com o objectivo de, entre outros, reforçar, no geral, o controlo da legalidade.

Nesta vertente, o Provedor de Justiça aparece como órgão singular e de assessoria à Administração Pública que, na sua actuação obedece apenas à Constituição e às leis.

No exercício das suas funções, o Provedor de Justiça age com independência e imparcialidade, interagindo com os órgãos competentes para que os mesmos coadunem a sua actuação com as disposições legais pertinentes.

Ao fazê-lo, o Provedor de Justiça socorre-se e privilegia o seu poder de persuasão, uma vez não dispor de poder decisório.

Contudo, as recomendações fornecem aos seus destinatários elementos concretos sobre como a lei trata determinada questão, indicando se uma norma foi ou não violada e o que fazer para repor essa norma.

Revisitando e sendo do nosso interesse que seja conhecida, a **Lei n.º 7/2006, de 16 de Agosto**, que estabelece o âmbito de actuação, estatuto, competências e o processo de funcionamento do Provedor de Justiça, constatamos que são competências do Provedor de Justiça, entre outras, as seguintes:

- endereçar **recomendações** aos órgãos competentes com vista à correcção dos actos ou omissões ilegais ou injustos dos poderes públicos ou melhoria dos procedimentos;
- **assinalar as deficiências da lei** que constatar, emitindo recomendações, para alteração ou revogação ou sugestões para a elaboração de nova legislação, ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Governo;
- **requerer** ao Conselho Constitucional a **declaração de inconstitucionalidade** ou de **ilegalidade de normas**;

- promover a **divulgação da legislação** relativa aos direitos, deveres e liberdades fundamentais dos cidadãos; e
- intervir, nos termos da lei aplicável, **na tutela dos interesses colectivos ou difusos**, quando estiverem em causa as entidades públicas.

Daqui se infere que, para garantir a efectividade da acção do Provedor de Justiça no exercício das suas competências, os órgãos e agentes da Administração Pública, têm o dever de respeitosa colaboração perante os requerimentos apresentados pelo Provedor de Justiça.

O trabalho realizado pelo Provedor de Justiça é fundamental para a melhoria do funcionamento das instituições que compõem a Administração Pública.

É um trabalho que, não raras vezes, pode dar origem a reformas legislativas do Estado e à alteração do modo de actuação das instituições públicas e seus funcionários e agentes.

O não acatamento das recomendações do Provedor de Justiça, ou a resposta tardia, põe em causa os direitos dos cidadãos, razão primeira e última da existência do Estado.

Ilustres participantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Embora, a figura do Provedor da Justiça tenha sido prevista na Constituição de 2004, o primeiro Provedor de Justiça em Moçambique, o Doutor José Ibraimo Abudo, aqui presente e a quem cumprimento, viria a ser eleito pela Assembleia da República, por uma maioria de dois terços de deputados, no dia 10 de Maio de 2012.

Quando o País deu esse passo, estava-se certo que esse era o caminho a seguir para a consolidação da democracia e da cidadania. Coube ao Doutor José Abudo, no meio de muitos desafios, instalar o Gabinete do Provedor de Justiça e tornar este órgão conhecido. Não foi uma missão fácil como ainda não tem sido, mas podemos afirmar, com segurança, que os esforços valeram a pena.

Quando esta instituição iniciou as suas funções, não tinha orçamento, instalações nem pessoal, como aqui foi afirmado. Os seus primeiros quadros foram *emprestados* de outras instituições do Estado, assim como as precárias instalações onde se instalou. Mesmo assim, o trabalho foi feito, e em nenhum momento os cidadãos viram as suas preocupações preteridas por falta de condições de trabalho.

Hoje, decorrida uma década, e já com o Doutor Isaque Chande na direcção, constatamos que a instituição continua o seu processo de maturação, expandindo o seu raio de actuação, não obstante possuir sede própria na cidade capital.

Ao longo destes dez anos, o Provedor de Justiça tem vindo a afirmar-se, de modo consistente, como o órgão do Estado que dá voz aos sem voz, procurando, junto da Administração Pública a resolução das preocupações dos cidadãos, que como já o dissemos, são a razão última da nossa existência como Estado.

Esse é um dos motivos que faz com que um número crescente de compatriotas procure os serviços do Provedor de Justiça, o que contribui para a paz e estabilidade social, diminuindo as tensões entre a Administração Pública e os cidadãos.

O aumento da demanda é elucidativo de que os cidadãos confiam no Provedor de Justiça, por um lado e, por outro, de que as instituições reconhecem o trabalho desenvolvido pelo Provedor de Justiça, acatando, pronta e tempestivamente as suas recomendações.

Por isso, exortamos as nossas instituições para que acatem as recomendações e atendam às solicitações do Provedor de Justiça de mente aberta.

Há que se ter medo do Provedor de Justiça, ele é um verdadeiro facilitador do diálogo entre os moçambicanos e as entidades públicas, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade pacífica e de justiça social.

Caros convidados;

Distintos Participantes!

Na nossa qualidade de garante da Constituição da República e conscientes da responsabilidade que temos de zelar pelo funcionamento correcto dos órgãos do Estado, temos vindo a visitar várias instituições do Estado para nos inteirarmos do seu funcionamento.

Foi assim e aqui foi demonstrado que, no decurso do ano de 2019, decidimos visitar o Gabinete do Provedor de Justiça.

Sabíamos que a instituição estava a cumprir o seu mandato com muita dedicação, tudo fazendo para responder às inúmeras solicitações dos cidadãos do nosso vasto país.

Também estávamos cientes dos desafios que enfrentavam. Porém, a nossa visita permitiu-nos ter um quadro mais realista da situação, a partir do contacto directo com cada um dos funcionários.

Constatámos que os orçamentos continuavam aquém do necessário; a equipa, embora coesa e determinada, precisava de ser reforçada e as instalações eram exíguas e encontravam-se em um local de difícil acesso para o seu público alvo.

Como é nosso apanágio, procuramos, dentro das nossas competências, colaborar para a procura de soluções que fossem exequíveis e sustentáveis, a longo prazo. Foi assim que identificámos e reabilitámos o edifício onde funciona actualmente o Gabinete do Provedor de Justiça. Os nossos apoios reflectiram-se, igualmente, na melhoria do orçamento alocado à instituição, o que a permite funcionar com normalidade, exercendo as atribuições constitucionalmente consagradas.

No entanto, é justo reconhecer que há ainda muito por fazer, nomeadamente a expansão destes serviços a outros pontos do País.

Felizmente, o Programa Quinquenal do Governo, prevê a expansão dos serviços do Provedor de Justiça para às Províncias de Nampula, Sofala, Inhambane e Maputo ainda no presente ciclo de governação. Algumas actividades só não começaram devido às adversidades.

À semelhança do que sucedeu no passado com outros órgãos do Estado, a expansão dos serviços do Provedor de Justiça será gradual e à medida da demanda.

Estamos confiantes de que a expansão progressiva dos serviços permitirá que mais moçambicanos tenham o acesso mais facilitado ao Provedor de Justiça.

Conscientes do papel deste órgão, reiterámos o nosso compromisso de continuar a prestar o nosso apoio multifacetado ao Provedor de Justiça.

Ao mesmo tempo, queremos alertar para mais atenção aos desafios que se transformam com alto dinamismo ao longo dos tempos. Refiro-me à situação do terrorismo e extremismo violento que o país hoje vive, pode, ao abrigo da Lei nº 7/2006, solicitar os vossos serviços para assistir às vítimas deste mal, que hoje enferma os moçambicanos.

O Governo tem a consciência de que os terroristas prevalecem no país, como prevalecem em todo o mundo, mas afirma que o combate contra eles continua e tem logrado resultados encorajadores.

As populações, sem, contudo, ser de modo formal, tendem a regressar às suas zonas de origem e esperamos da Provedoria da Justiça o acompanhamento, no seu âmbito, a esta batalha dos moçambicanos que procuram, sem oportunismo, o seu sossego

Continuaremos a dar o nosso contributo para o fortalecimento desta instituição, que é relativamente recente, mas de significativa mais-valia para a consolidação do nosso jovem Estado de Direito Democrático, onde o primado da lei se impõe.

Aproveitamos a ocasião para, mais uma vez, apelar a todas as instituições da Administração Pública para a necessidade de cumprimento voluntário das leis e da observância do dever legal de colaboração com o Provedor de Justiça no exercício das suas funções.

Ilustres Participantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Estamos convictos de que a conferência internacional de alto nível que se seguirá, será um espaço privilegiado de partilha de experiências, entre os diferentes Provedores de Justiça que nela participarão.

O trabalho por vós realizado é de suma importância para o fortalecimento dos nossos Estados. Só com uma Administração Pública forte e respeitadora da lei, cumpriremos a nossa missão.

Por isso, felicito a si, Digníssimo Provedor de Justiça e a cada um dos seus colaboradores, formulando votos que a próxima década seja coroada de êxito e que se traduza numa efectiva consolidação do órgão, por forma a que os cidadãos possam encontrar no Provedor de Justiça o amparo das suas preocupações no seu relacionamento com a Administração Pública.

É nosso anseio que o Provedor de Justiça seja um órgão actuante e reconhecido pela sua utilidade para a sociedade.

Terminámos esta intervenção, felicitando, mais uma vez, a todos os funcionários e colaboradores do Gabinete do Provedor de Justiça, pela passagem do décimo aniversário da institucionalização do Provedor de Justiça no País.

Parabéns, Gabinete do Provedor de Justiça!

Parabéns, Provedor de Justiça!

Obrigado pela vossa atenção!